

NEOENERGIA SANTA LUZIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.443.625/0001-47 | Companhia Fechada

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
Ao apresentar os resultados de 2023, a Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

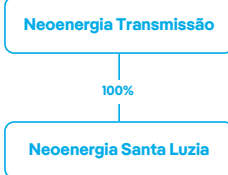
1. A NEOENERGIA SANTA LUZIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

A Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

Em 25 de agosto de 2023, a Neoenergia S.A. (antigo controlador) transferiu para Neoenergia Transmissão S.A (atual controlador) a totalidade de sua participação societária na Companhia, em troca da integralidade da participação societária na Neoenergia Transmissão S.A.

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2023, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 22 de dezembro de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 02/2017 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: nos estados do Ceará e Paraíba, compostas pela Linha de Transmissão Santa Luzia II – Campina Grande III, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 125 km, com origem na Subestação Santa Luzia II e término na Subestação Campina Grande III; pela Linha de Transmissão Santa Luzia II – Milagres II, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 220 km, com origem na Subestação Santa Luzia II e término na Subestação Milagres II; pela Subestação Santa Luzia II 500 kV.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2023	2022
Receita operacional, líquida	3	78.875	109.813
Custos		(5.814)	(4.765)
Custos de operação	4	(5.814)	(4.765)
Lucro bruto		73.061	105.048
Perdas de crédito esperadas		(310)	-
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	724	(3.132)
Lucro operacional		73.475	101.815
Resultado financeiro		(33.276)	(41.114)
Receitas financeiras	5	9.609	3.730
Despesas financeiras	5	(42.946)	(44.756)
Outros resultados financeiros, líquidos	4	61	(88)
Lucro antes dos tributos		40.199	60.373
Tributos sobre o lucro		(12.136)	(20.651)
Corrente	6.1.1	(98)	-
Diferido	6.1.1	(12.038)	(20.651)
Lucro líquido do exercício		28.063	40.086
Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:	13.2.a	0,21	0,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	28.063	40.086
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	28.063	40.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de dividendos		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	114.059	9.993	136.486	304	28.561	289.403
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	28.063	28.063
Destinação do lucro líquido (nota 13.2):						
Reserva legal	-	1.403	-	-	(1.403)	-
Remuneração ao acionista (nota 13.2.b)	-	-	(22.654)	(304)	(6.665)	(29.623)
Reserva especial de dividendos não distribuídos	-	-	-	-	19.995	(19.995)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	114.059	11.396	113.832	304	48.556	287.843
Saldos em 31 de dezembro de 2021	114.059	7.988	136.486	304	28.561	258.837
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	40.086	40.086
Destinação do lucro líquido (nota 13.2):						
Reserva legal	-	2.005	-	-	(2.005)	-
Remuneração ao acionista (nota 13.2.b)	-	-	-	-	(9.520)	(9.520)
Reserva especial de dividendos não distribuídos	-	-	-	-	28.561	(28.561)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	114.059	9.993	136.486	304	28.561	289.403

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 7 de abril de 2017, a Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), com sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A., que tem por objeto social prior, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. Em 22 de dezembro de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 02/2017 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: nos estados do Ceará e Paraíba, compostas pela Linha de Transmissão Santa Luzia II – Campina Grande III, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 125 km, com origem na Subestação Santa Luzia II e término na Subestação Campina Grande III; pela Linha de Transmissão Santa Luzia II – Milagres II, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 220 km, com origem na Subestação Santa Luzia II e término na Subestação Milagres II; pela Subestação Santa Luzia II 500 kV. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo de 2023/2024 é de R\$ 78.880 (R\$75.894 para o ciclo 2022/2023), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da assinatura do contrato de concessão, datado de 08/05/2018. **1.1. Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para geração de lucro, risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. **1.1.1. Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A interdependência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatuto da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: - Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de hedge; - O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; - Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; - Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; - Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e - Não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "salvavacões". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado - Taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a LIBOR e CDI.	Operações de swap, gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de mercado - Preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de commodities metálicas.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controle internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. **1.1.2. Gestão de risco de mercado: Risco de taxa de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Risco de inflação:** A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. **Risco de preço de com-**

3. ATIVOS EM OPERAÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em operação

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas					
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
LT 500 KV Santa Luzia II – Campina Grande III	1	500kV	125	28/06/2021	09/03/2048
LT 500 KV Santa Luzia II – Milagres II	1	500kV	220	07/11/2021	09/03/2048

3.2. Subestação em operação

Subestação em Operação - Características Físicas			
Subestação	Tensão (kV)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
SE Santa Luzia II	500kV	28/06/2021	09/03/2048

4. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2023/2024 é de R\$78.881, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

Linhas de Transmissão e Subestações em Operação - Características Financeiras					
Linha de Transmissão	Propriedade (%)	RAP (R\$ mil)	Ano de Degrau da RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
LT 500 KV Santa Luzia II – Campina Grande III					
LT 500 KV Santa Luzia II – Milagres II	100%	78.881	2028	Junho	IPCA
SE Santa Luzia II					

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais	28.063	40.086
Lucro líquido do exercício	28.063	40.086
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	165	127
Tributos sobre o lucro	12.136	20.651
Resultado financeiro, líquido	33.276	41.114
Ataques no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(807)	(347)
Concessão serviço público (ativo contratual)	(1.440)	(41.673)
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	(116)	(15.084)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(414)	(281)
Outros tributos a recuperar (recolher), líquidos	(1.432)	3.050
Outros tributos, líquidas dos depósitos judiciais	(100)	(143)
Outros ativos e passivos, líquidos	(8.001)	2.508
Caixa gerado nas operações	60.630	50.008
Encargos de dívidas pagas	(6.771)	-
Rendimentos de aplicações financeiras	9.808	3.679
Tributos sobre o lucro pagos	4	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais	63.671	53.687
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(291)	(1.081)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(10.203)	-
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(10.494)	(1.081)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	18.478
Pagamento dos custos de captação	(3)	-
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(6.609)	-
Remuneração paga ao acionista	(37.008)	(14.986)
Mútuos (aplicados)	-	(6.583)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(43.620)	(33.091)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	9.557	49.515
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	58.228	8.715
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	67.785	58.228

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5.1. Resultado Econômico-Financeiro

DRE (R\$ mil)	2023	2022	Variação	
			R\$	%
Receita líquida	78.875	109.813	(30.938)	-28%
MARGEM BRUTA	78.875	109.813	(30.938)	-28%
Custo de operação	(5.726)	(4.692)	(1.034)	22%
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	801	(3.059)	3.860	-126%
= Despesa Operacional	(4.925)	(7.751)	2.826	-36%
PECLD	(310)	(84)	(226)	269%
EBITDA	73.640	101.978	(28.338)	-28%
Depreciação	(165)	(127)	(38)	30%
Resultado Financeiro	(33.276)	(41.114)	7.838	-19%
IR/CS	(12.136)	(20.651)	8.515	-41%
LCURO LÍQUIDO	28.063	40.086	(12.023)	-30%

A margem bruta e as despesas operacionais da Companhia no ano alcançaram R\$ 78.875 mil, -28% vs. 2022 e -R\$ 4.925 mil, -36% vs. 2022, respectivamente. Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encorrou o ano em R\$ 73.640 mil, redução de 28%, em relação ao ano de 2022.

O resultado financeiro foi negativo em R\$ 33.276 mil em 2023 (-19% vs. 2022). A variação deve-se à despesa com encargos de dívida, impactado pela variação do IPCA. Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou lucro líquido no ano de 2023 de R\$ 28.063 mil, uma redução de 30% em relação ao ano anterior.

6. ESTRUTURA DE CAPITAL

6.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2023, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 498.433 mil (dívida líquida R\$ 419.827 mil), apresentando um aumento de 6% em relação a dezembro de 2022, quando a dívida bruta foi de R\$ 469.435 mil (dívida líquida R\$ 411.207 mil). Em dezembro de 2023, a Companhia contava com 96% da dívida bruta contabilizada no longo prazo.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Santa Luzia, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Santa Luzia e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Santa Luzia. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Santa Luzia sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	67.785	58.228
Contas a receber de clientes e outros	8	9.792	8.972
Títulos e valores mobiliários		10.821	-
Tributos sobre o lucro a recuperar	6.1.3	2.071	898
Outros tributos a recuperar		1.264	1.277
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	77.083	75.787
Outros ativos		4.190	467
Total do circulante		173.006	145.629
Não circulante			
Tributos sobre o lucro a recuperar	6.1.3	2	16
Depósitos judiciais	12.1.c	3.986	2.954
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	834.439	834.295
Imobilizado		2.417	2.293
Intangível		126	124
Total do não circulante		840.970	839.682
Total do ativo			

NEOENERGIA SANTA LUZIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.443.625/0001-47 | Companhia Fechada

beleicida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 6,5%a.a. e 11%a.a.

4. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2023		2022	
	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(1.111)	(722)	(1.833)	
Serviços de terceiros	(2.758)	(1.454)	(4.212)	
Depreciação e amortização	(88)	(77)	(165)	
Provisão para processos judiciais	-	(77)	(77)	
Impostos, taxas e contribuições	(43)	(33)	(76)	
Outras receitas e despesas, líquidas	(1.814)	3.087	1.273	
Total	(5.814)	724	(5.090)	
	2022		2021	
	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(1.889)	(1.060)	(2.949)	
Serviços de terceiros	(1.879)	(863)	(2.742)	
Depreciação e amortização	(73)	(54)	(127)	
Provisão para processos judiciais	-	(54)	(54)	
Impostos, taxas e contribuições	(21)	(157)	(178)	
Despesas de viagem	(155)	(255)	(410)	
Seguros	(440)	-	(440)	
Aluguéis de equipamentos e imóveis	(20)	(300)	(320)	
Outras receitas e despesas, líquidas	(288)	(370)	(658)	
Total	(4.765)	(3.113)	(7.878)	

5. RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	9.808	3.679
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(473)	(184)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	13	3
Atualização de depósitos judiciais	256	218
Outras receitas financeiras	5	14
9.609	3.730	
Despesas financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida	(42.381)	(43.479)
Encargo sobre mútuo	-	(365)
Atualização de provisões para processos judiciais	(392)	(434)
IOF	(67)	(35)
Outras despesas financeiras	(106)	(443)
(42.946)	(44.756)	
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e monetárias	(28)	(126)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	89	38
61	(88)	
Resultado financeiro, líquido	(33.276)	(41.114)

6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

	2023	2022
6.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (RPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. 6.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado: A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	40.199	60.731
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(13.668)	(20.651)
Incentivos Fiscais	364	-
Outras adições (reversões) permanentes	1168	-
Tributos sobre o lucro	(12.136)	(20.651)
Alíquota efetiva	30%	34%
Corrente	(98)	-
Diferido	(12.038)	(20.651)
6.1.2. Tributos sobre o lucro diferidos		
	IR/CSLL	
	2023	2022
Ativo		
Provisão participação nos lucros e resultados	-	50
Prejuízo fiscal e base negativa	22.724	22.757
Outros	691	470
Total diferenças temporárias - ativo	23.415	23.277
Passivo		
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(138.407)	(126.231)
Total diferenças temporárias - passivo	(138.407)	(126.231)
Tributos sobre o lucro diferidos, passivos líquidos	(114.992)	(102.954)

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2023	2022
Saldo inicial do exercício	(102.954)	(82.303)
Efeitos reconhecidos no resultado	(12.038)	(20.651)
Saldo final do exercício	(114.992)	(102.954)

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2023, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	2024	2025	2026	2027	2028	2033
Ativo fiscal diferido, líquidos	1.009	1.156	1.800	2.424		17.026

6.1.3. Tributos sobre o lucro a recuperar

	2023	2022
Imposto de renda - IR	2.073	846
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	2.073	914
Ativo circulante	2.071	898
Ativo não circulante	2	16

6.1.4. Política contábil e julgamentos críticos: a) **Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **6.2. Outros tributos e encargos setoriais a recolher**

	2023	2022
Programa de integração social - PIS	15.167	15.140
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	69.868	69.745
Outros	989	1.116
Outros tributos	86.024	86.001
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	477	277
Outros encargos setoriais	111	129
Encargos setoriais	588	406
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	86.612	86.407
Passivo circulante	912	1.041
Passivo não circulante	85.700	85.366

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	3.498	1.177
Fundos de investimento	64.287	57.051
67.785	58.228	

As carteiras de instrumentos financeiros classificadas como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2023 é de 100,5% do CDI (100,3% em 31 de dezembro de 2022). A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

	2023	2022
Carteira		
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	64.287	57.051
64.287	57.051	

Os fundos de investimentos exclusivos da Companhia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. para que o grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2023	2022
Perdas de crédito		
Receivável esperadas		
Concessionárias	10.255	9.792
	(463)	9.125
		(153)
		8.972

O aging do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

	2023	2022
Perdas de crédito		
Receivável esperadas		
À vencer	8.923	(33)
Saldos vencidos:		
entre 1 e 90 dias	852	(170)
entre 91 e 180 dias	338	(135)
entre 181 e 365 dias	70	(53)
acima de 366	72	(72)
		(3)
	10.255	(463)
	9.125	(153)

8.1. Variação das perdas de crédito esperadas - PCE

	2023	2022
Saldo inicial do exercício	(153)	(69)
Adições	(310)	(84)
Saldo final do exercício	(463)	(153)

8.2. Política contábil e julgamentos críticos: a) **Política contábil:** O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 15.5) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas. A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de perda esperada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras das operações da Companhia. A Companhia não possui histórico de perdas materiais e, portanto, utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pelo ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes.

9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos no balanço patrimonial:

	2023	2022
Saldo do ativo contratual	910.082	868.409
Circulante	77.083	75.787
Não circulante	834.439	834.295

A movimentação do ativo contratual é como segue:

	2023	2022
Saldo inicial do exercício	910.082	868.409
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício	(75.335)	(70.895)
Remuneração do ativo contratual	95.644	93.504
Adições e remensuração do ativo contratual	(18.869)	19.064
Saldo final do exercício	911.522	910.082

9.1. Política contábil: O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que, de acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitted (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através do fluxo de caixa de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

10. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE EMPREITEIROS

	2023	2022
Material e serviços	18.773	18.950
Total	18.773	18.950

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

11.1. Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor ao acionista, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2023	2022
Agências de fomento	498.433	469.435
Empréstimos e financiamentos	498.433	469.435
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(67.785)	(58.228)
(-) Títulos e valores mobiliários	(10.821)	-
Dívida líquida	419.827	411.207

11.2. Empréstimos e financiamentos: As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agências de fomento, principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado.

	2023	2022
a) Saldos dos contratos por moeda		
Denominados em R\$		
Indexados a taxas flutuantes	499.918	471.060
(-) Custos de transação	(1.485)	(1.625)
498.433	469.435	
Passivo circulante	20.860	13.556
Passivo não circulante	477.573	455.879

b) Fluxo de pagamentos futuros de dívida: A Companhia busca estruturar sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada empresa e as características de suas concessões e autorizações. Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal ⁽¹⁾	Juros ⁽²⁾	Total
2024	20.550	20.356	40.906
2025	21.666	20.160	41.826
2026	22.747	19.744	42.491
2027	23.903	19.443	43.346
2028	25.127	19.238	44.365
Entre 2029 e 2033	146.743	88.095	234.838
Entre 2034 e 2038	190.727	66.763	257.490
2039 em diante	279.549	31.300	310.849
Total	731.012	285.099	1.016.111

⁽¹⁾ O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré) em vigor em 31 de dezembro de 2023 e considerando que todas as amortizações e pagamentos de juros dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2023, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 12,11 anos. **c) Reconciliação da dívida com o fluxo de caixa e outras movimentações**

	2023	2022
Saldo inicial do exercício	469.435	407.478
Efeito no fluxo caixa:		
Captações	-	18.478
Amortização de principal	(6.609)	-
Custo de captação	(3)	-
Pagamento de encargo de dívida	(6.771)	-
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	42.381	43.479
Saldo final do exercício	498.433	469.435

11.3. Política contábil: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

12. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2023	2022
Provisão para processos judiciais	3.498	3.130
Provisão para obrigações ambientais (i)	916	4.223
4.414	7.353	
Passivo não circulante	4.414	7.353

(i) Refere-se a provisões para compensações ambientais previstas nas licenças de operação. **12.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais** a) **Provisão para processos judiciais:** A

NEOENERGIA SANTA LUZIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.443.625/0001-47 | Companhia Fechada

15.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"): Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude do longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2023		2022	
	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)
Empréstimos e financiamentos	498.433	498.433	469.435	469.435

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **15.5. Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de

créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **15.6. Métodos e técnicas de avaliação:** O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. **15.7. Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2023. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/Nacional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	11,65%	75.108	8.750	(1.313)	(2.625)
Passivos financeiros							
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,68%	(499.918)	(41.687)	(3.155)	(6.309)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Uchoas Ribeiro
Diretor de OperaçõesFabricio Duque Estrada Meyer Chagas
Diretor Financeiro

CONTADOR

Tiago Donatti Furigo
CRC-SP-338760/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar

distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco

de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 2024

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJJônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BrasilCertificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 08/02/2024A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link:<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/08/SANTALUZIA1574313308022024.pdf>
Hash: 1707335169bb155188f39647e698b1e802eb7b98c7